



UNILAB

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA

AFRO-BRASILEIRA

UNILAB

INSTITUTO DE HUMANIDADES- IH

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TAYANE LIMA DOS SANTOS

**O PAPEL DA ESCOLA DIANTE A OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A CRIANÇA: ANÁLISE DA GESTÃO DE DUAS ESCOLAS DO MACIÇO
DE BATURITÉ-CE**

REDENÇÃO- CE

2019

TAYANE LIMA DOS SANTOS

O PAPEL DA ESCOLA DIANTE A OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A CRIANÇA: ANÁLISE DA GESTÃO DE DUAS ESCOLAS DO MACIÇO DE
BATURITÉ-CE

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini

REDENÇÃO-CE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Santos, Tayane Lima Dos.

S233p

O papel da escola diante a ocorrência da violência doméstica contra a criança: análise da gestão de duas escolas do Maciço de Baturité-CE / Tayane Lima Dos Santos. - Redenção, 2019.

46f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini.

1. Violência. 2. Violência familiar. 3. Crianças. 4. Escola.
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 362.76

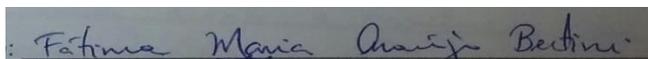
TAYANE LIMA DOS SANTOS

O PAPEL DA ESCOLA DIANTE A OCORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A CRIANÇA: ANÁLISE DA GESTÃO DE DUAS ESCOLAS DO MACIÇO DE
BATURITÉ-CE

Monografia apresentada como requisito para obtenção do
título de licenciatura em Pedagogia do curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB)

Aprovado em 17 de Dezembro de 2019

Banca examinadora



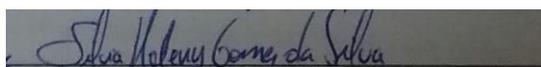
Profa. Orientadora: Dra. Fátima Maria Araújo Bertini
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)



Prof. Avaliador: Luís Carlos Ferreira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)



Prof. Avaliador: Luís Eduardo Torres Bedoya
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)



Profa. Avaliadora: Silvia Heleny Gomes da Silva
Prefeitura Municipal de Fortaleza

AGRADECIMENTOS

A Deus que está sempre comigo e que foi meu refugio, permitindo que tudo isso fosse possível.

Aos meu pais, Regina e Valdeci, que me apoiaram nessa jornada de graduação. Que sempre se fizeram presentes e que me incentivaram a estudar e buscar um futuro profissional.

Ao meu namorado, Marcos Paulo, por todo o incentivo, compreensão e por acreditar e me fazer acreditar que sou capaz de conquistar meus objetivos.

Aos meus amigos Jhonata Lima, Lya Aquino, Jessyca Lima e Aryanne Marques que estiveram comigo enfrentando os desafios da graduação, mas sempre estenderam as mãos para oferecerem apoio.

A minha orientadora, Dra. Fátima Bertini, que foi essencial para a realização deste trabalho. Que além das orientações, forneceu a tranquilidade que eu precisava.

Às coordenadoras das escolas que colaboraram através das entrevistas concedidas.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar quais são os impactos gerados pela violência doméstica na vida das crianças, analisando os tipos de violência, suas consequências e o papel que a escola desempenha nesses casos. Fazendo-se necessário averiguar como esses traumas se manifestam no desenvolvimento emocional, social, psicológico e no ambiente escolar. Mediante a crescente problemática da violência doméstica no Brasil, é de fundamental importância uma investigação acerca de como essa violência se estrutura, quais os locais onde possuem um maior índice de casos e qual o papel da escola perante a identificação, denúncia e quais estratégias utilizadas pela gestão escolar como forma de prevenir e auxiliar as crianças que são vítimas diretas ou indiretas dessa violência.

Palavras chave: Violência. Violência doméstica. Crianças. Escola.

ABSTRACT

This study aims to what are the impacts generated by domestic violence on children's lives, analyzing the types of violence, its consequences and the role that the school plays in these cases. It is necessary to ascertain how these traumas manifest themselves in the emotional, social, psychological development and school environment. Due to the growing problem of domestic violence in Brazil, it is of fundamental importance to investigate how this violence is structured, where they have a higher rate of cases and what is the school's role in identifying, reporting and which strategies are used by the country. school management as a way to prevent and assist children who are the direct or indirect victims of this violence.

Key words: Violence. Domestic Violence. Children. School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JUSTIFICATIVA	11
3 OBJETIVO GERAL	13
3.1 Objetivos específicos.....	13
4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS CONFIGURAÇÕES.....	14
4.1 Violência psicológica	14
4.2 Violência física	15
4.3 Violência sexual	16
4.4 A negligência	17
4.5 Violência moral.....	18
4.6 Violência patrimonial.....	18
4.7 A desvalorização da mulher como agente influenciador da violência	20
4.8 Órgãos de proteção às vítimas de violência doméstica.....	22
5 A ESCOLA COMO UM LUGAR DE PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	25
5.1 Dificuldades no processo de aprendizagem de crianças vítimas de violência doméstica.....	29
6 ENTREVISTA E ANÁLISE DAS FALAS DE DUAS GESTORAS DO MACIÇO DE BATURITÉ.....	35
6.1 Considerações gerais sobre as entrevistas	40
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	47

1 INTRODUÇÃO

Temas como a violência doméstica costumam ser sempre noticiados nos veículos de comunicação, por mais que a grande maioria seja de teor omissivo, esse é um tema que gera uma discussão fundamental e necessária, visto que seu impacto pode trazer danos e traumas psicológicos para quem é vítima e também para quem assiste a ação acontecer e não pode fazer nada, no caso, as crianças.

A violência doméstica é toda e qualquer violência cometida entre os integrantes da família. Ela pode ser dividida em: psicológica, física, sexual, moral, patrimonial e negligência. Ou seja, ela pode se manifestar de diversas maneiras e por ocorrer no ambiente familiar, muitas das vezes o caso costuma ser “abafado” da sociedade, dificultando que medidas sejam tomadas e por vezes contribuindo para que a situação volte a se repetir.

No Brasil, é possível averiguar que há uma predominância da violência doméstica contra a mulher que gera números alarmantes e muitas vezes costumam ser presenciadas pelas crianças, que em sua maioria não conseguem ter uma reação, por serem pequenas e ficarem assustadas com a situação ou até mesmo consideram aquilo normal e costumam se fechar e não interferir no que foi visto.

Mas isso pode gerar graves consequências psicológicas na criança, podendo prejudicar no seu desenvolvimento psicológico, emocional e educacional, sendo capaz de alterações no humor, mudanças na socialização com adultos e até com outras crianças e culminando em atitudes agressivas. É importante pensar também que é possível que haja uma redução do seu desempenho escolar; com notas mais baixas, isolamento ou até mesmo uma irritabilidade e agressividade incomum.

Geralmente, a escola costuma ser um dos primeiros ambientes onde fica perceptível que a criança está sendo vítima de alguma violência, pois o seu comportamento costuma sofrer alterações. É essencial que a escola esteja apta a perceber e identificar essas mudanças nos alunos, tanto comportamentais, quanto na aprendizagem, para que quando identificado esses casos, sejam criadas estratégias que possibilitem um apoio às crianças que são vítimas dessa violência, traçando planos pedagógicos, criando projetos que auxiliem esses alunos e mantendo um diálogo com os pais e a comunidade onde a escola está inserida.

E neste trabalho serão abordados os prejuízos que a violência doméstica pode trazer para o desenvolvimento da criança, principalmente no viés escolar, analisando os problemas na aprendizagem e quais os métodos utilizados pela escola para a prevenção e para o auxílio dessas crianças.

Como método utilizado, foi feita a pesquisa qualitativa que tem como objetivo um aprofundamento acerca de um problema, que no caso deste trabalho, consiste em compreender o papel que a escola desempenha diante os casos de alunos vítimas da violência doméstica. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada que possui um caráter mais natural e respeita o tempo de raciocínio e a resposta das entrevistadas, que foram duas coordenadoras de escolas públicas do maciço de Baturité. A primeira gestora é coordenadora da escola E.M.E.F Doutor Edmilson Barros de Oliveira, localizada na sede da cidade de Redenção- Ce e a segunda é coordenadora na escola E.E.I.E.F Maria Rodrigues Lopes que localiza-se na comunidade de Jenipapeiro, distante cerca de sete quilômetros da sede de Aracoiaba- Ce. A entrevista foi essencial para confirmar todas as informações trazidas no capítulo 1 e 2.

Sendo descritas no capítulo 1 informações acerca dos tipos de violência doméstica, suas características e agravamentos, a desvalorização da mulher como agente influenciador dessa violência e por fim, os órgãos de proteção às vítimas da violência doméstica. No capítulo 2 é analisado a escola como um primeiro lugar de percepção da violência e os problemas de aprendizagem como um possível prejuízo dessas violências.

Por fim, o capítulo 3 traz as entrevistas com as coordenadora, juntamente com a análise de suas falas e considerações gerais sobre essas entrevista que serviram de base para confirmar as informações já apresentadas ao longo dos dois primeiros capítulos.

2 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo referido tema surgiu através da prática de um estágio supervisionado da componente de Estágio nas Series Iniciais nos Países da Integração, onde através da realização do mesmo, foi do conhecimento de todos os estagiários, que duas crianças estavam sendo vítimas de violência doméstica, no caso a violência sexual, e desde então, surgiu o interesse de pesquisar sobre o tema, que se mostra importante e de fundamental relevância no sentido de se pesquisar quais os danos e traumas sofridos por uma criança que é vítima ou vivência na sua estrutura familiar, casos de violência doméstica. Pensando nisso, o conhecimento sobre esse assunto se torna necessário para que assim seja possível traçar um plano de como identificar e ajudar essas crianças.

É imprescindível que a escola consiga identificar as crianças que sofrem com essa violência e que trace planos e crie projetos de conscientização desse problema, que acarreta em prejuízos no desenvolvimento escolar, pessoal, social e psicológico. Sendo a identificação do problema, um dos primeiros caminhos para se buscar uma solução juntamente com os órgãos de proteção a criança.

Outro fato importante que deve ser analisado é como a omissão pode prejudicar a vítima e o porquê da mesma ocorrer, analisando os aspectos que fazem com que essa omissão contribua para a repetição da violência e que cause ainda mais traumas na criança que vivenciou indiretamente ou que foi vítima direta.

São muitos questionamentos acerca desse assunto, como: Existe algum agente influenciador dessa violência? É possível prever e evitar esses casos? Os órgãos públicos dão realmente assistência às crianças vítimas dessa violência? Qual o papel da escola nesses casos? E quais os impactos reais dessa violência no desenvolvimento da criança?

E esses questionamentos se fazem essenciais para a nossa sociedade, visto o quão frágil é uma criança e, principalmente, as respostas a essas perguntas são de total importância para se traçar métodos de como auxiliar a criança vítima dessa violência ambientada em sua própria estrutura familiar.

Em um contexto mais acadêmico, é importante a discussão do tema para que futuramente no ambiente de trabalho ao se deparar com situações parecidas ou iguais a esses

tipos de violência, saber como identificar e agir da melhor forma para auxiliar o aluno, até que ponto se envolver na situação e mostrar que a escola deve dar voz e espaço aos alunos para que eles possam também, denunciar e com a ajuda de projetos tentar prevenir e conscientizar alunos, pais e a comunidade da importância do diálogo e de intervenções nesses casos.

3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do trabalho se destina a compreender como a escola reage à ocorrência da violência doméstica e quais os impactos essa violência pode causar na vida das crianças que são vítimas diretas ou indiretas.

3.1 Objetivos específicos

- Analisar os tipos de violência.
- Identificar no discurso dos gestores se há omissão ou resistência ao falar sobre o fato.
- Verificar se a escola propõe intervenções frente à violência doméstica.
- Compreender como essa violência pode impactar a aprendizagem da criança.

4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS CONFIGURAÇÕES

O propósito deste trabalho é identificar quais são as consequências geradas pela violência doméstica na vida das crianças que são vítimas direta ou indiretamente dessa agressão. Pontuando os diferentes tipos de manifestações em que essa violência pode se caracterizar e buscando perceber como as crianças vão reagir a esses traumas.

A violência familiar pode se relacionar a outras denominações, a exemplo da “violência conjugal”, “violência contra crianças e adolescentes” ou “maus tratos”. Contudo, vale lembrar que violência contra crianças e adolescentes se expressa de várias formas e, em muitas delas, as fronteiras entre a família e o seu contexto social nem sempre são tão nítidas (UNICEF, 2004, p. 22).

A violência doméstica pode ser caracterizada e dividida em: psicológica, física, sexual, negligência, moral e patrimonial. Ocorrendo geralmente com mulheres e crianças, no próprio ambiente familiar e causando traumas que podem seguir as vítimas por toda a vida.

O Brasil é um país que possui altos índices de violência doméstica, bem como o feminicídio. Acarretando em danos severos para as vítimas e seus familiares. Entretanto, é perceptível que algumas dessas vítimas não conseguem se identificar dentro de um ciclo de violência, por isso existe a necessidade de conhecer como se estruturam, tais violências.

4.1 Violência psicológica

A violência psicológica é entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha).

Esse tipo de violência costuma ser de difícil identificação pelas pessoas, visto que não deixam marcas físicas nas vítimas, e se tratando de crianças essa violência pode ser ainda mais complexa, pois geralmente é praticada por alguém que possui parentesco com a mesma e ela por não saber se defender, certamente irá considerar a agressão como algo normal. Acarretando em problemas que poderão ser perceptíveis apenas futuramente.

Quem sofre esse tipo de agressão normalmente desenvolve alguns quadros associados à depressão e ansiedade, que podem evoluir para doenças físicas e psicossomáticas. A vítima pode também se tornar um agente agressor. “Antes disso, ela tenta a autoagressão, como o suicídio”. Se escapa, transpõe um limiar no qual consegue culpabilizar ao agressor pela tentativa de suicídio e, então, passa a agredi-lo. Normalmente, a agressão é física, tentando até, em casos extremos, o assassinato (RIGOLETTO, 2017)

A violência psicológica costuma ter relação com outros tipos de violência, como a física e a sexual, tornando-se um agravante e com impactos ainda mais negativos. Deslandes (1994 *apud* RIBEIRO, MARTINS, 2009) apresenta como sinais identificadores da violência psicológica: obesidade, magreza excessiva, afecções na pele, déficit de aprendizagem e distúrbios de linguagem, agressividade, timidez, apatia e depressão, atitudes destrutivas ou autodestrutivas, dificuldades para dormir, baixa autoestima. Na caracterização da família pode ser citado a criação de expectativas irreais sobre a criança/adolescente, rejeita, ignora, isola, aterroriza, exige demais, corrompe, descreve a vítima como uma pessoa má.

4.2 Violência física

Como o próprio nome induz, essa violência é caracterizada por conter danos físicos, causando hematomas aparentes no corpo da vítima. Onde pode apresentar pequenos cortes e arranhões, ter alguma parte do corpo quebrado ou em último caso, a morte.

A notificação sobre violência física é a que mais chega aos serviços de proteção e de saúde, pois é facilmente detectada. Os hematomas causados pelo uso de corda, cinto, vara e outros objetos, inclusive a própria mão, permanecem no corpo da criança. Entretanto, uma criança que chega ao hospital com lesões muito severas (queimaduras, fraturas, traumatismos ou envenenamento) provavelmente já sofreu maus-tratos anteriores menos graves que não foram identificados ou notificados (SÁ, 2001, p.147).

Esse tipo de violência por apresentar aspectos físicos, costuma ser considerada de fácil diagnóstico social. As vítimas costumam ser mulheres e crianças; os agressores costumam ser os próprios maridos e no caso das crianças, o pai, padrasto, tio, um avô ou outro parente próximo, sendo em sua maioria, homens.

Segundo Deslandes, (1994 *apud* RIBEIRO, MARTINS, 2009) é possível perceber a existência de alguns sinais da violência física, que são eles: lesões corporais ocasionadas por queimaduras por água quente, ferro elétrico, brasa de cigarro; hematomas, escoriações, lacerações, contusões, feridas e fraturas que não se adequam às causas alegadas; ocultamento de lesões antigas e/ou não justificadas adequadamente; no âmbito comportamental, podem ser citados: A agressividade ou apatia, hiperatividade, depressão, tendência autodestrutiva, temor

excessiva aos pais ou responsáveis, baixa autoestima, fugas frequentes do lar, distúrbios de aprendizagem. São apontadas também como características habituais à família da vítima: ocultar as lesões sofridas da criança ou justificar de uma maneira pouco convincente ou que entram em caráter de contradição, descrição da criança como má e/ou desobediente, defender a aplicação de disciplina severa, o histórico de abuso de bebidas alcóolicas e drogas ilícitas, expectativas irreais a respeito da criança ou adolescente. Forte associação com antecedente de violência na família.

Acredita-se que quando a violência física acontece, provavelmente, se a pessoa já tenha sido vítima das demais violências, como a psicológica. Pois apresenta um caráter mais agressivo, por partir para a agressão física.

4.3 Violência sexual

Caracteriza-se como violência sexual todo e qualquer tipo de importunação ou estimulação sexual a vítima ou através da vítima para obtenção de algo para si. Podendo se estender para pornografia infantil e qualquer prática sexual com finalidade de ganhar dinheiro, como a prostituição.

A violência sexual praticada contra crianças e adolescentes (e mulheres adultas) pode ser intrafamiliar e extrafamiliar. A primeira acontece no interior da família, efetuado por um dos seus membros ou por uma pessoa conhecida e considerada de confiança (pai, padrasto, companheiro/namorado da mãe...), isto é, por uma pessoa do círculo de relacionamento pessoal ou familiar das vítimas; a segunda, por pessoa que está fora do âmbito da família (vizinho, professor...). (ALBUQUERQUE, 2007. p.40)

É importante acrescentar que a violência sexual pode ser dividida em duas categorias, que são elas; o abuso sexual e a exploração sexual.

Abuso sexual, portanto, configura-se no tipo de violência sexual em que a criança é utilizada, mediante uma relação desigual de poder, por pessoas que podem ou não fazer parte do grupo familiar, na busca da satisfação sexual de um ou mais agressores. Já a exploração sexual consiste na utilização sexual da criança de forma comercial e mercantil, além da satisfação dos desejos sexuais do(s) agressor(es). Ocorre quando crianças são coagidas a praticar relações sexuais com adultos ou adolescentes. Incentivados pelos grandes lucros obtidos, os aliciadores atraem crianças para esta condição. Ocorre também quando são usadas na produção de material pornográfico. Constitui-se num crime, tanto para os fotógrafos quanto para aqueles que expõem e comercializam tais materiais. (VASCONCELOS et al., 2010, p.1)

A violência sexual assim como as demais, se mostra com um caráter cruel por ter como maioria das vítimas, mulheres e crianças. Que costumam serem vistas socialmente

como seres indefesos e frágeis, tornando-se as principais vítimas desses cruéis agressores, por acreditarem que não irão ser descobertos.

A criança e o adolescente, vítimas dessa violência, sentem-se culpados e envergonhados e sofrem constantes ameaças por parte do agressor para não revelar o “segredo”. Temem pela desunião do lar. Fugas de casa, gravidez precoce, tentativas de suicídio são algumas das consequências (SÁ 2001. p.139).

Deslandes (1994, *apud* RIBEIRO, MARTINS, 2009) mostra que existem manifestações indicativas, ou seja, sinais visíveis dessa violência nas vítimas, que são elas: dificuldade de caminhar decorrente de lesões genitais, uretrites, infecções urinárias, secreções ou sangramentos provenientes da região genital, falta de controle da bexiga e intestinal, doenças sexualmente transmissíveis (DST), manifestações psicossomáticas como dor abdominal, medo, vergonha excessiva, autoflagelação, comportamento sexual e vocabulário inadequado para a idade, regressão a estados de desenvolvimento anteriores ao atual, tendências suicidas, fugas constantes de casa, masturbação excessiva, alternância de humor, resistência ao tirar ou ser tirada a roupa. As características das famílias são: pessoas muito possessivas com a criança/adolescente, negando-lhe o direito de contatos sociais comuns, costumam acusar a vítima de sedução e erotização, afirma que a criança/adolescente pode possuir atividade sexual fora de casa, acredita que o contato sexual é uma forma de demonstração de amor familiar, adota o isolamento social, tende a culpar os outros pelas dificuldades da vida e tenta minimizar a seriedade da situação.

Os danos causados por essa violência costumam ser bastante complicados, pois causam danos psicológicos graves e costumam ser um problema presente durante toda a vida da vítima, principalmente se a mesma não tiver um acompanhamento especializado e sabe-se que isso nem sempre é possível, sendo por falta de condições econômicas ou até por medo e vergonha da situação ocorrida.

4.4 A negligência

Se configura como outra forma de violência, onde há uma espécie de abandono dos pais ou responsáveis para com as crianças. Se estende desde não prover as necessidades básicas, abandono parental ou até mesmo colocar a criança como responsável para trazer o sustento de casa.

São indicadores da negligência como: padrão de crescimento deficiente, alteração de peso com magreza excessiva ou obesidade sem tratamento, vestimenta inadequada, suja e sem conservação, problemas físicos e de saúde, ou necessidades não atendidas. Na esfera comportamental são descritos: adinamia ou hiperatividade, depressão, com baixa autoestima, contínuas ausências ou atrasos na escola. A família é descrita pela mesma como: apática e passiva, não parecendo se preocupar com a situação da criança, os membros da família apresentando severo desleixo com a aparência e higiene, abuso de álcool e drogadição. (DESLANTES, 1994)

4.5 Violência moral

Entende-se por violência moral qualquer conduta que importe em calúnia, quando o agressor ou agressora afirma falsamente que aquela praticou crime que ela não cometeu; difamação; quando o agressor atribui à mulher fatos que maculem a sua reputação, ou injúria, ofende a dignidade da mulher. (Exemplos: Dar opinião contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos). Obs: Esse tipo de violência pode ocorrer também pela internet. (TJSE- Coordenadoria da mulher)

Esse tipo de violência também acontece de forma psicológica, visto que quando é inventado fatos em relação a áreas da vida pessoal da vítima, ela passa a se sentir impotente por ter seu nome vinculado a notícias que não são verdadeiras, mas mesmo assim, as pessoas que ouviram tal fato podem acreditar e isso pode afetar a reputação da vítima, dificultando a conquista de seus interesses, como um emprego ou um relacionamento.

4.6 Violência patrimonial

A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. (ACS 2017)

A violência patrimonial acontece no ambiente familiar, onde o agressor costuma ser o marido ou pai, padrasto e outros membros familiares, que geralmente costumam quebrar os bens materiais ou confiscá-los, para que a vítima não consiga sair de casa e procurar ajuda. Costumam ser vinculados à ciúmes por parte do agressor e medo que a vítima denuncie por outras possíveis agressões já sofridas.

Os tipos de violências citadas acima costumam ocorrer com mulheres, crianças, adolescentes e até mesmo idosos. E mesmo que algumas crianças sejam somente vítimas

indiretas dessas violências, ainda sim é possível ter sérios danos na vida das mesmas. Quando elas são vítimas diretas, os impactos gerados podem ser percebidos no ambiente escolar, tendo uma diminuição das notas, o distanciamento, irritabilidade ou até mesmo a reprodução agressiva do que é vivido.

De acordo com as orientações para Notificação de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes publicadas pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2002), negligência e abandono são definidos conjuntamente como sendo omissões dos pais ou de outros responsáveis (inclusive institucionais) pela criança e pelo adolescente, quando deixam de prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento físico, emocional e social. Nestas orientações o abandono é considerado uma forma extrema de violência e a negligência significa a omissão de cuidados básicos. Já no Guia Escolar publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação (SANTOS, 2004) os conceitos aparecem separadamente, onde negligência é uma forma de violência caracterizada por ato de *omissão do responsável* pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento sadio e abandono é uma forma de violência muito semelhante à negligência que se caracteriza pela *ausência do responsável* na educação e cuidados com a criança. (SILVA, 2011, p.72-73)

Como dano psicológico e social, o isolamento estará presente, assim como a perda de interesse de coisas/objetos que antes se gostava, quadros de depressão, ansiedade e até mesmo pensamentos suicidas. Estes elementos irão acarretar em problemas nos relacionamentos atuais e futuros.

Muito se é questionado sobre o motivo pela qual essas violências não são denunciadas para as autoridades responsáveis e de acordo com Vollet (2012) é apresentando a seguinte fala:

Num esforço de manter a família unida e protegida, as famílias que atendi ofereciam uma imagem de família sem problemas ou “normal” em seu funcionamento. Não problematizavam suas relações nem assumiam terem dificuldades para educarem seus filhos, aspectos tão comuns numa entrevista familiar. Na maioria dos casos observados, supus que uma dependência emocional e/ou financeira dos agressores levava os membros a desistirem de levar o tratamento e o processo judicial adiante. Pude observar uma complexa rede de relações que mantém um padrão de funcionamento familiar que inclui a violência sexual infantil doméstica. Esse funcionamento complexo e muitas vezes contraditório e incoerente, interfere diretamente no trabalho das instituições que pretendem proteger (uma tarefa difícil, se não impossível, de ser realizada pelas autoridades competentes) ou tratar a criança. Um muro de silêncio alicerçado pelos próprios membros (seja agressor ou vítima, todos participam fielmente na preservação da estrutura familiar abusiva) em torno da família impede tanto o tratamento psicológico quanto outros tipos de intervenções legais.

Na citação acima é percebido a dificuldade encontrada pelas famílias para denunciar os casos de violência familiar, tendo como um dos principais motivos a dependência financeira e emocional, onde geralmente o agressor é o único responsável por suprir as necessidades básicas da casa e isso contribui para que a(s) vítima(s) prefiram manter o silêncio ao invés da denuncia, pois tem medo de que não tenha condições de se manter economicamente. Na dependência emocional pode-se citar o fato de nem sempre é acreditado que o agressor cometeu algum abuso, ou de acreditar que aquilo não se repetirá novamente e em acréscimo a isso é possível ver o medo de que isso se torne publico para a cidade, vizinhos e até mesmo o restante da família.

O ciclo de agressor e vítima é considerado uma das maiores incógnitas para quem não faz parte do mesmo ambiente, principalmente porque cada um tem um posicionamento em relação ao fato. A problemática decorre em relação à defesa da vítima que, por causa do seu posicionamento dentro da relação, definida pelo agressor como merecedora daquele sofrimento e permitida pela vítima, acaba alimentando o círculo vicioso da violência e nem sempre aceita algum tipo de interferência e não fazer mais parte dessa relação. (GONÇALVES, 2009. p.34)

Infelizmente é comum ver mulheres que continuam em relacionamentos abusivos, pois não conseguem se desprenderem de seus companheiros abusadores. Acarretando na criação de um ciclo de abuso, problemas psicológicos e na pior das hipóteses, mais um caso de feminicídio. E então um questionamento é levantado: existe algum agente influenciador dessa violência? Onde a seguir, será abordada uma possível resposta.

4.7 A desvalorização da mulher como agente influenciador da violência

Que o Brasil é um país machista, isso não é novidade. Mas como isso é um dos agentes influenciadores e perpetuadores da violência domestica? Pois bem, mesmo após as mulheres já terem conquistados muitos direitos, voz e vez no cenário político e social, isso ainda representa uma pequena parcela se relacionado a porcentagem de atuação dos homens.

São os homens que recebem um salario melhor, tem condições trabalhistas melhor e ocupam os melhores cargos nas empresas. Unicamente por terem em mente, que as mulheres não são tão qualificadas como os homens.

A mulher sempre foi vista como um ser frágil, indefeso, que deve ficar sempre aos cuidados de um homem, virando assim, uma mulher submissa, que atende todos pedidos do seu namorado/marido, quase um robô que obedece ordens. Onde por vezes, não pode estudar,

não pode trabalhar e tem que ficar apenas em casa, cuidando das tarefas domésticas, dos filhos e do marido. Sendo submetidas a situações conflituosas, permanecendo em um relacionamento abusivo por medo ou por não ter condições financeiras para se manterem e cuidar dos filhos.

Podemos colocar, assim, que a violência conjugal é um acontecimento que possui várias faces visíveis. O que dificulta seu reconhecimento como ato de transgressão é a privacidade do ambiente em que ela geralmente ocorre e também os olhos daqueles que presenciam esses episódios (agredidos, agressores ou testemunhas). Esses, inseridos em uma sociedade onde a violência masculina é entendida como característica esperada, quando não exaltada, do homem e acostumados com tantas outras formas de violências, não identificam nesse tipo de ocorrência uma violação de direitos e, com isso, a denúncia não tem sentido ser registrada. (CORTEZ 2006. P.2)

Ou seja, a ideia patriarcal continua tão presente na mente de algumas mulheres, que quando elas são vítimas de alguma violência praticada pelos seus companheiros, acreditam que aquilo é algo normal, que é um comportamento característico de um homem e costumam deixar a situação de lado.

No entanto, quando a mulher consegue identificar prontamente que está sendo vítima de violência doméstica, ela pode ainda assim, resolver permanecer em seu lar agressivo. Parece uma situação absurda, uma mulher, em pleno século XXI sofrer agressões do seu companheiro e escolher continuar com ele. Mas o que muitos não percebem, ou se recusam a entender, são os contextos em que essa mulher se encontra. Por ter sido criada de uma forma machista, por vezes não pode estudar, pois tinha que cuidar da casa, teve que abandonar o emprego para cuidar dos filhos, sofre ameaças de morte e teme pela sua vida, não tem saúde para trabalhar ou já possui uma idade avançada. Enfim, são muitas as situações em que uma mulher pode estar e mesmo tendo uma lei que as protejam, o medo ainda é o mesmo.

Através dessas situações, vimos como é importante o empoderamento feminino e a solidariedade. O empoderamento para que as mulheres sejam responsáveis pelas suas escolhas, e não que sejam sujeitas a obedecer os homens. Que as mulheres possam escolher estudar, trabalhar e conhecer seus direitos e que pratiquem a solidariedade, entendendo e ajudando as mulheres que ainda continuam em situações e lares violentos.

Mas apesar de toda essa problemática, é importante saber que as vítimas da violência doméstica, sejam elas mulheres ou crianças/adolescentes podem recorrer aos órgãos de proteção, que devem garantir apoio, informação e assistência. Para um melhor entendimento, logo em seguida o assunto vem sendo abordado.

4.8 Órgãos de proteção às vítimas de violência doméstica

Enfrentar situações onde se é vítima de violência doméstica, não é algo fácil, mas o que poucos sabem é da existência de órgãos que amparam essas pessoas. Como é o caso da Central de atendimento à mulher, onde é disponibilizado um número, no caso, o 180, número este em que a vítima ou terceiros, podem fazer uma denúncia anônima. E além das denúncias, o número serve como aparato informativo sobre os direitos das mulheres e conduz para outros órgãos de apoio. Para além disso, existe as delegacias da mulheres que são especializadas na preservação do direitos das mulheres. E para as crianças, pode ser citado os conselhos tutelares, que visam preservar a integridade de crianças e adolescentes.

Atualmente, no Brasil, para se trabalhar a violência intrafamiliar no intuito assegurar os direitos desse grupo existe uma rede de cuidado e proteção social composta pelos profissionais de saúde dos níveis primários, secundários e terciários, escolas, centro de referência de assistência social, Ministério Público, Conselho Tutelar, dentre outros. Na atuação da ação social, o CT atende e aconselha as crianças, os adolescentes e seus familiares ou responsáveis, encaminha à autoridade judiciária os casos de sua competência, expede notificações, elabora programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, dentre outras atribuições. (BRASIL, 1990; Brasil, 2010)

Segundo Milani e Loureiro (2008), quando a denúncia apresentada se refere a uma situação de violência intrafamiliar, o Conselho pode intervir, pois ele tem poderes para aplicar algumas medidas que se propõem a garantir a proteção da criança e do adolescente. Essas medidas podem ser desde a orientação, o apoio e acompanhamento temporário à família, realizadas pelo próprio conselheiro, até ações de suspensão do pátrio poder. A aplicação dessas medidas busca enfrentar os problemas como a reincidência da violência, aspirando romper com esse ciclo. Entretanto, é importante compreender que o Conselho Tutelar possui atuação de caráter administrativo e não assistencial, e tem a função de executar atribuições constitucionais e legais no campo da proteção à infância e juventude.

Diante das atribuições pertinentes a esses profissionais e no sentido de qualificar sua prática, os conselheiros precisam de constante capacitação pela interface que as violências demandam com os conhecimentos de vários campos de saber. Assim, os conselhos tutelares devem ser compreendidos como um órgão de atuação comunitária (e não assistencial), de forma a auxiliar no processo de construção da cidadania e fortalecer o desenvolvimento comunitário (FRIZZO; SARRIERA, 2005).

De acordo com o Ministério da saúde (caderno de atenção básica nº8), existe uma carência de serviços ou respostas sociais adequadas e somente a intervenção pontual constitui-se como um retardamento na solução do problema. Os instrumentos jurídicos, o sistema de proteção e o sistema punitivo não têm conseguido diminuir a incidência da violência ou amenizar os seus efeitos. Em uma cultura em que a ideia de intervenção junto às famílias foi, durante muitos anos vista com más olhos, como uma medida indevida de invasão de privacidade e a figura do patriarcal ocupou espaço de líder da vida privada, sendo assim, este tipo de atuação não era reconhecida como legítima. Entretanto, hoje o status de pai/chefe de família deixou de ser visto como única possibilidade e passou a ter que ser endossado e revisto. Inclusive, através de mudanças legais, o pátrio poder passou a ser designado àquele que assume a responsabilidade parental, podendo ser exercido pelo pai ou mãe.

Ainda segundo o Ministério da saúde, as instituições responsáveis por prestarem os serviços; jurídicos, policiais, de saúde, educação, ainda não possuem, em sua maioria, sistemas de diagnósticos e registros apropriados para detectar os casos de violência doméstica. É visto então que estes fatores, somados ao desconhecimento e temor da sociedade frente à dinâmica das relações intrafamiliares violentas, levam as pessoas (tanto vítimas quanto agentes sociais) a evitar olhar para essa realidade. Entretanto, é necessário assinalar que, a cada dia que passa, esses aspectos vêm sendo superados, tendo em vista o número cada vez maior de denúncias realizadas, principalmente nas Delegacias de Proteção à Mulher e Conselhos Tutelares, especialmente nas grandes cidades brasileiras. Mas mesmo assim, é importante que essas instituições possam estar em constante desenvolvimento para um melhor diagnóstico desses casos.

A violência contra a criança é abordada no ECA de forma genérica em todo o Estatuto, posto que basta não haver o cumprimento de qualquer norma nele estabelecida para se caracterizar uma forma de violência contra a criança. Porém, o art. 5º aborda a violência de maneira específica: Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Esse Diploma aborda, ainda, o direito da criança a ser respeitada como ser humano em todos os aspectos, tais como o físico, o psíquico e o moral. É o que se infere do art. 17 do ECA: Art.17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (ALBUQUERQUE, 2018)

De acordo com Albuquerque (2018), segundo o princípio de proteção integral do ECA, todos os indivíduos da sociedade são responsáveis pela proteção e bem estar da criança/adolescente. E seguindo a ideia de que a violência física é uma das mais fáceis de serem identificadas pelo fato de deixar marcas visíveis, surge o questionamento: onde estão todos aqueles que, por profissão, possuem contato mais próximo com crianças e adolescentes, tais como professores e médicos e que devem comunicar ao Conselho Tutelar qualquer suspeita de maus tratos? Através dessa pergunta ela diz:

Os artigos 56 e 245 do ECA trazem as determinações sobre a postura dos profissionais das áreas de saúde e educação frente à violência, e, também, as sanções previstas para o descumprimento dessas determinações: Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I - maus-tratos envolvendo seus alunos; II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III - elevados níveis de repetência. Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. Ainda, pelo princípio da proteção integral, o dever de comunicação de violência é, também, de todos nós, enquanto sociedade, independente de nos relacionarmos com a criança ou adolescente por motivos profissionais. A omissão constitui crime conforme determina o art.245 do ECA: Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Ou seja, as leis que visam proteger as vítimas da violência doméstica, existem, mas cabe a elaboração de um trabalho de conscientização para que quando haja suspeita desses casos, aconteça a denúncia e em seguida a investigação seja realizada. Pois os danos podem ser irreversíveis ou acompanhar a vítima durante toda sua trajetória de vida. Pois como já foi mencionado, essas situações podem ocasionar em diversos danos, como: traumas psicológicos profundos, problemas de socialização, problemas emocionais e até mesmo impactar a trajetória escolar com problemas de aprendizagem.

5 A ESCOLA COMO UM LUGAR DE PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Fora do próprio ambiente familiar também é possível identificar as crianças que são vítimas da violência doméstica e esse espaço seria a própria instituição de ensino, a escola. Porém, nesse espaço também é possível perceber que não há um grande número de denúncia, ficando apenas com suspeitas e deixando que esse assunto se torne de responsabilidade somente da família, talvez isso signifique que é preferível um distanciamento para que o profissional ou a própria instituição de ensino não tenham seus nomes envolvidos nesses casos.

[...] segue o mesmo percurso de questionamento e investigação sobre o silêncio diante da violência sexual contra a criança, só que desta vez, discuto o problema do silêncio por parte dos profissionais escolares, normalmente os primeiros a perceberem sinais e alterações comportamentais infantis que sugerem problemas de violência familiar. A temática continua a mostrar relevância científica e social, apresentando brechas na literatura que merecem o devido enfrentamento. A literatura aponta que professores que suspeitam de que seus alunos estejam vivendo em um contexto de violência intrafamiliar não o denunciam [...] (VOLLET, 2012.p.16)

Levando em consideração a importância do papel essencial que a comunidade e a família desempenha na escola, têm-se a ideia que que isso seja uma via de mão dupla, onde ambas se ajudam simultaneamente. Dessa forma, a escola e os profissionais que a compõem devem prezar pela denúncia quando se é identificado a suspeita de uma ação de violência familiar contra a criança, visto que um dos principais indicadores de que essa violência atrapalha, é na própria aprendizagem escolar.

O educador é então visualizado como agente social na identificação da violação dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos infantis, no entanto, carece de apoio e espaço para desenvolver seus deveres como cidadão e profissional em relação à proteção do infante, além de representar elo fundamental entre sociedade e a família. Contudo, para desempenhar seu papel, esse profissional, além de atento, necessita estar capacitado para reconhecer peculiaridades das formas de apresentação da violência doméstica e situações que configuram riscos em seus alunos. (FIGUEIREDO 2011. P.34)

Como na própria citação diz, é preciso que o profissional da educação esteja atento aos seus alunos, principalmente em suas mudanças, pois elas podem significar que a criança está sendo vítima de alguma violência, porém, isso só é possível se tiver capacitação necessária que ajude nessa identificação, por isso a importância de se estudar e discutir sobre o tema.

O isolamento observado em momentos de interrelação pessoal pode mascarar problemas originados em conflitos familiares, decorrentes de sentimentos de culpa, baixa autoestima e conceito negativo sobre si mesmo. Esse processo interfere drasticamente em seus relacionamentos com o outro, pois ela visualiza em suas ações, o risco de não conquistar a afetividade e afastar as pessoas, reação confundida como timidez, mas que esconde a dor da violência e da rejeição. Em outro polo os educadores discorrem sobre sujeitos que quando vítimas externalizam o seu sofrimento com agressividade na interação com a coletividade {...} A presença de agressividade é justificada em estudos, como sendo a reprodução do modelo de convivência familiar, no qual a violência é aprendida como alternativa viável para resolução de conflitos interpessoais. Nessa premissa, o comportamento agressivo, além de indicar provável exposição à violência doméstica, reveste-se de preocupação por ser considerado preditor na gênese de futuros agressores, perpetuando a cultura da violência em futuras gerações. (FIGUEIREDO, 2011, p.51)

As crianças costumam ser espelho daquilo que costumam ver, ou seja, costumam reproduzir algumas situações que são vista em casa. Se elas vivem um ambiente desestruturado onde as relações com a família costumam ser problemáticas e violentas, é provável que essa criança apresente comportamento semelhante ao que é vivido em casa. Entretanto, em contraponto a isso, a mesma pode mostrar comportamentos de solidão, se distanciando dos colegas de sala e evitando contatos sociais.

Rosenburg *apud* Vagostello et al (2003) salienta que os profissionais de educação geralmente conseguem identificar as varias características da violência doméstica, entretanto, não possuem informações suficientes para lidar com essas situações. E como saída, procuram conversar e orientar pais e mães agressores, ao invés de encaminha-los para os serviços de proteção à criança e ao adolescente, sendo que essa atitude pode contribuir com o aumento da violência com as vítimas.

Ou seja, o educador precisa estar atento ao comportamento dos seus alunos em sala de aula, mas isso nem sempre é possível, pois nem todos possuem um olhar humanístico para essas crianças ou até mesmo carecem de informações acerca de que como o comportamento da criança pode estar ligado a problemas maiores e um fato importante para levar em consideração a situação das salas de aulas, que às vezes são lotadas, o que dificulta ainda mais a percepção desses casos, sendo que por vezes os alunos são vistos como um coletivo e não como um ser individual, mas é necessário tomar cuidado para não ser omissos a situações graves que os alunos podem estar expostos.

Como Figueiredo (2011) ressalta, para não ser considerado omissos, o educador precisa compreender que a notificação em si, não é meramente um ato de punição ao agressor e sim,

um ato de cidadania, onde se é dado início a um processo que assegura os direitos, preserva o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos que são vítimas. Compreendo que este problema não afeta somente a vítima, mas toda a família, que precisa de apoio e possivelmente de um tratamento, para recuperar seu núcleo familiar e social.

Entretanto, existe ainda o medo por parte dos profissionais de educação de denunciar esses casos, como Figueiredo (2011) aponta, os educadores temem serem alvo de retaliações ao notificarem o conselho tutelar ao até mesmo a família, onde a escola fica sendo vista como intrusa em questões de esfera familiar. Sendo assim, a capacitação profissional juntamente com a intersectorialidade pautadas na legislação vigente são essências para o cumprimento dessas denúncias e um sentimento de coragem, ao invés do medo.

É interessante notar que pode haver diferença entre o que é considerado papel da escola e papel dos profissionais da escola, no que diz respeito aos maus-tratos contra crianças e adolescentes. Uma pesquisa com 80 professores de colégios públicos do município de São Paulo (Vagostello et al., 2003) identificou como papéis da escola: convocar e orientar os pais (87,2% dos entrevistados), denunciar aos conselhos tutelares (56,4%), identificar a violência (48,7%) e encaminhar ao psicólogo (30,8%). Como papel dos professores, foram relatados: comunicar à direção da escola (74,7%), convocar e orientar os pais (74,7%) e encaminhar ao Conselho Tutelar (35,4%). (LYRA, CONSTANTINO e FERREIRA, 2010, p.164.)

Como Lyra, Constantino e Ferreira (2010) mencionam que a equipe escola sempre pode ajudar mediante uma suspeita ou confirmação de uma criança vítima de violência doméstica. Mas é necessário que haja um planejamento em equipe, não podendo agir por impulso. Este planejamento em equipe precisa ser debatido em um primeiro momento no próprio espaço escolar, por isso é importante que haja formação dos professores e demais profissionais que trabalham na escola, pois quando não há informações suficientes, podem ser feitos procedimentos errados, resultando em uma dificuldade de resolução do caso.

O professor pode conversar com seu aluno, desde que se sinta preparado para fazê-lo e avalie que há condições emocionais para a conversa. Após ouvir o estudante, o educador deve avaliar a conveniência e a necessidade de conversar com os responsáveis. De preferência, a abordagem da família deve ocorrer de forma planejada e na presença de representante da direção ou do psicólogo escolar ou ainda de um pedagogo. Antes de explicar a respeito da suspeita de maus-tratos, é importante verificar se é possível estabelecer algum diálogo a respeito do tema. Pais reagem de diversas formas quando há suspeita de que seus filhos estejam sendo maltratados por eles ou por outras pessoas. Podem se tornar agressivos, sentirem-se ameaçados, irritados, ofendidos, envergonhados ou culpados. Às vezes é necessário envolver mais de um responsável para esclarecer a situação. Escolher o familiar sensível ao sofrimento da criança e obter visões de outros familiares (inclusive irmãos que frequentem a mesma escola) são opções para uma avaliação mais ampla. O diálogo a respeito da situação deve acontecer em um local onde a

criança ou a família se sinta à vontade, possa ser ouvida de forma tranquila e respeitosa, lembrando que a conversa não tem o objetivo de investigar o que ocorreu. Ao contrário, seu objetivo é esclarecer os fatos com a finalidade de orientar a escola a tomar medidas eficazes e condizentes com a situação, sem expor a criança ou a família a situações constrangedoras, nem expor os profissionais a riscos que porventura sejam identificados. Para não aumentar ou causar sofrimento para a criança e seus familiares, recomenda-se oferecer-lhes apoio e conforto, ao invés de ter posturas que possam ser interpretadas como censura, punição, preconceito, culpabilização ou qualquer outro julgamento negativo. (LYRA, CONSTANTINO e FERREIRA, 2010, p. 167)

Rosenburg *apud* Marcon (2001) assinala que nos currículos de graduação da área da saúde não há espaço de formação sobre a violência doméstica. O mesmo pode ser dito em relação sobre os cursos de licenciatura no Brasil, pois não há formação em relação a essa realidade durante a graduação, realidade esta que será vista durante o exercício da profissão. E quando há capacitações sobre o assunto, é de maneira iniciante, sendo que deveria ser visto primeiramente na graduação e ter seu real aprimoramento nessas capacitações.

Os educadores não recebem formação específica na graduação para auxiliá-los no processo de percepção, identificação e formas de enfrentamento a VDCA. Ao ingressar no mundo do trabalho educacional, não encontram uma prática de defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como formação em serviço com relação a essa temática, carecendo, portanto, de teoria e prática frente ao fenômeno da VDCA. (ROSENBURG, 2011, p.62)

Rosenburg (2011) relata ainda que no cotidiano escolar, os educadores percebem que seus alunos apresentam-se desnutridos, apáticos, chorosos, arredios às tentativas de contatos, agressivos, com problemas de aprendizagem, com tarefa não realizada, material escolar incompleto, uniforme sujo, vocabulário inadequado para a idade, comportamentos erotizados, enfim alienados e inadequados a instituição escolar; mas tem dificuldades em associar essas situações a violência doméstica, dificultando o processo de denúncia, notificação e enfrentamento.

Em relação a isso, Veiga, Silva e Silva (s/d) mencionam que é possível se deparar com crianças e adolescentes que possam apresentar marcas físicas, traumas psicológicos, fortes reações emocionais, sinais de falta de cuidado e de afeto, do mais leve ao mais alto grau, que podem ser resultado da violência, tanto por ação como por omissão, oriunda dos próprios familiares (pais, irmãos, avós, etc.). A família, a escola e as demais instituições que propõem atividades de socialização devem realizar projetos de mobilização, tendo em vista que são agentes na efetivação dos direitos e garantias estabelecidos pelo referido Estatuto da Criança e do Adolescente, de denunciarem casos em que a infração do mesmo ocorre. Essa

realidade de infração atinge um número significativo de crianças, visto que em seu cotidiano é percebido as mais variadas formas de violência, em especial e como foco, a violência doméstica.

Por isso, é importante reafirmar que a escola deve desempenhar projetos que busquem explicar o que é a violência doméstica, tanto para alunos, como para todos os profissionais que atuam na escola, para que todos possam auxiliar as crianças vítimas da violência familiar, juntamente com suas famílias. E inserir também esses projetos na comunidade em que a escola está situada, pois essa conscientização deve ser estendida para os entornos da escola, para sejam elaboradas práticas que colaborem para a identificação dessa violência como um primeiro passo e a denúncia como o passo seguinte. Tendo como objetivo, auxiliar as vítimas dessa violência, na tentativa de construir um ambiente seguro e prevenindo o surgimento de problemas psicológicos, emocionais e educacionais.

5.1 Dificuldades no processo de aprendizagem de crianças vítimas de violência doméstica

Durante a vida escolar, o aluno é apresentado a uma pluralidade de conhecimentos, que costumam ser complementado ano após ano. Reunindo uma série de conteúdos selecionados, que no fim somará uma carga de conhecimentos básicos para ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho. Porém, não são todos os alunos que conseguem acompanhar o que se é ensinado, isso pode decorrer por inúmeros motivos e um deles na qual esse trabalho se dedica a pesquisar, é como as crianças vítimas da violência doméstica podem sofrer dificuldades em seu processo de aprendizagem.

O processo de aprendizagem pode ser definido de forma mais simplificada como o modo como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento (Vigotsky *apud* Weiss, 2001). Contudo, a complexidade desse processo dificilmente pode ser explicada apenas através de recortes do todo. Qualquer definição está, invariavelmente, impregnada de pressupostos político-ideológicos, relacionados com a visão de homem, sociedade e de conhecimento. Entender as características da aprendizagem humana, como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecer, tratar e prevenir as dificuldades que podem ocorrer relacionadas a esse processo constitui-se em um grande desafio. (ANTUNES, 2010, P.15)

É de fundamental importância, analisar como cada indivíduo enfrenta esse processo de aprendizagem e quais fatores influenciam para que haja uma dificuldade ao longo desse percurso. Segundo Rosas (1998) a aprendizagem ocorre como um processo pessoal no qual as conquistas dependem das motivações e capacidades do indivíduo, além das influências do meio em que vive que podem tanto oportunizar como bloquear a aprendizagem. O autor refere que o processo de aprendizagem ocorre gradualmente, no ritmo de cada indivíduo, que é único.

De acordo com Castro *apud* Vigotsky (1991) para a aprendizagem acontecer é necessário fazer uma análise do contexto emocional, das relações afetivas, de modo como a criança está situada historicamente no mundo. Para ele o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. As características principais do processo de aprendizagem são: pensamento e motivação.

Com isso, é possível perceber os impactos que as questões afetivas desempenham na aprendizagem, como bem diz Castro *apud* Weiss (2004) que os aspectos emocionais possuem ligação direta “ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento a expressão deste através da produção escolar (...)”. Sendo assim, a dificuldade do aprender pode estar intimamente ligada, a algum enfoque ou problema familiar. Melhor dizendo, o não aprender pode estar associado a ideia de que existe algo errado na dinâmica familiar. Sendo assim, é necessário que a criança e o adolescente possam ter um convívio saudável no âmbito familiar, prezando por estímulos positivos e uma boa relação no dia- a- dia.

A instituição escolar, como espaço físico e psíquico para a aprendizagem, é um campo de estudo, uma vez que propicia a avaliação dos processos didático-metodológicos e da própria dinâmica institucional. Para realizar o diagnóstico das questões relacionadas à aprendizagem, deve-se partir da coleta de dados e da investigação da instituição, buscando identificar as possíveis “fraturas” nas relações com o conhecimento entre os diferentes sujeitos que a compõe. A instituição escolar é um espaço de produção de conhecimento. Faz-se necessário construir nessa instituição, uma dinâmica relacional sadia, voltada para os aspectos saudáveis de aprendizagem e do conhecimento de forma investigativa e contextualizada. É através da escola que a pesquisa busca “resgatar a identidade da instituição com o conhecimento e, portanto, com a possibilidade de aprender”. (Antunes *apud* Rubinstein, 1992, p.103)

O processo de aprendizagem costuma ser relacionado apenas com o ambiente escolar, entretanto, as aprendizagens são constituídas em toda a esfera social, seja ela na igreja, no

bairro e na própria família. Nenhuma criança chega na escola sem um arsenal de aprendizagem, todas trazem consigo vivências e aprendizados informais e não-formais. Porém, no âmbito escolar são fornecidos conhecimentos de teor mais científico que contribui para a vida futura dos alunos.

O estudo de Silveira (2007) confirma a fronteira rígida que existe entre família e escola, dificultando a interlocução e gerando descontinuidades no processo educativo. Cria-se um abismo entre o contexto familiar e escolar que, ao invés de serem parceiros e favorecerem a aprendizagem do aluno, apresentam dificuldades de comunicação e desconhecimento mútuo. O estudo revelou que os pais tendem a acreditar que os professores estão melhor preparados do que a família para educar as crianças. Os professores, no entanto, não conversam diretamente e nem trocam informações sobre as práticas educativas com as famílias. Aponta-se assim a necessidade de uma parceria maior entre a escola e a família para que juntas possam refletir sobre a complementariedade de suas práticas, possibilitando continuidades. (ANTUNES, 2010, p.49)

Como Oliveira, Reis e Lima *apud* (Rangel, 2009) salienta é perceptível que uma criança que vítima de violência doméstica tem seu rendimento escolar comprometido, tudo isso por conta das faltas, comportamento estranho, dificuldades de interação com o meio social, negação de suas capacidades e comprometimento intelectual, pois a criança internaliza o que está vivenciando e não consegue aprender como às demais, “porém um dos problemas mais reconhecidos, quando se trata do assunto, reflete-se no empenho da vida escolar dos violentados”.

Existe a necessidade de uma relação mais próxima entre a escola e as famílias, para que seja possível um acompanhamento mais eficaz do desenvolvimento do aluno. Além disso, a escola deve estar atenta ao relacionamento familiar dos alunos, buscando conhecer mesmo que de forma mínima, como se constitui as relações familiares, tendo em vista que o comportamento ou as mudanças de comportamento dos alunos, podem estar ligados diretamente, com o seu ambiente familiar.

(..) crianças que testemunham a violência dentro de casa ou que são agredidas pelos pais tendem a apresentar uma série de dificuldades na vida escolar, como dificuldade de concentração, de aprendizagem e de relacionamento com os colegas e professores. O não aprender pode expressar uma dificuldade na relação da criança com sua família, ou seja, pode ser um sintoma de que algo não está adequado na dinâmica familiar, o que demonstra que a escola é um espaço ideal de revelação, identificação e notificação da violência sofrida por seus alunos. (COSTA, 2015, p.15)

A violência doméstica traz prejuízos para os que sofrem com ela e também para os que a veem acontecer, que é o caso das crianças. Pois quando não são vítimas diretas dessa

violência, observam ela acontecer, acarretando em distúrbios de agressividade, bem como outros problemas psicológicos.

(...) as consequências da violência doméstica podem ser muito sérias, pois crianças e adolescentes aprendem com cada situação que vivenciam, seu psicológico é condicionado pelo social e o primeiro grupo social que a criança e adolescente tem contato é a família. O meio familiar ainda é considerado um espaço privilegiado para o desenvolvimento físico, mental e psicológico de seus membros um lugar “sagrado” e desprovido de conflitos. No entanto, para se chegar às raízes do problema da violência doméstica é necessário modificar esse mito de família, enquanto instituição intocável, para que os atos violentos ocorridos no contexto familiar não permaneçam no silêncio, mas sejam denunciados a autoridades competentes a fim de que se possam tomar providências (ROSAS; CIONEK, 2006, p. 10)

Como já mencionado, a criança pode ser vítima direta ou indireta da violência doméstica, mas em ambas as situações, podem ser notados efeitos prejudiciais às crianças, como Duarte (2018) fala, os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica têm uma taxa de retenção escolar cinco vezes superior à média nacional. É uma consequência dos atos violentos a que assistem em casa e que tem efeitos negativos no rendimento escolar, até de provocar dificuldades de convívio e interação social. Além disso, mais da metade das crianças e jovens que convivem com situações em que a mãe é agredida (física ou verbalmente) não são sinalizadas junto das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens: quando as queixas são apresentadas, muitas mães dizem que os filhos não assistiram a nenhum episódio de violência, por recearem que as crianças lhes sejam retiradas. Há cerca de 28 mil casos denunciados por ano e os menores sinalizados por terem assistido são cerca de 11 mil.

Em completo a esta realidade, Rosas e Cionek (2006) informam que é possível afirmar que um ambiente familiar considerado hostil e desequilibrado, pode afetar significativamente não só a aprendizagem como também o desenvolvimento físico, mental e emocional de seus membros; pois, o aspecto cognitivo e o aspecto afetivo estão interligados, assim, um problema emocional decorrente de uma situação familiar desestruturada reflete diretamente na aprendizagem. Ou seja, quando uma criança está exposta à essas condições de violência, consequentemente irá tratar essa realidade como algo sempre presente, dificultando sua atenção para as demais áreas do cotidiano, pois essa situação não sai de sua lembrança, seja de forma passiva ou ativa.

(...) num estudo realizado no CEIFAR (Centro de Integração Familiar), em 2009, com cinco turmas de professores, crianças e adolescentes, com convívio de violência no âmbito familiar apresentaram vários prejuízos na vida escolar, com reflexo direto no processo de aprendizagem, tais, como:

dificuldade de concentração, agitação, agressividade, isolamento, expressão oral pouco desenvolvida, medo excessivo, choro, afetividade comprometida, desinteresse pela aprendizagem, baixo rendimento, fuga da realidade, sinais de depressão. Neste sentido, a pesquisa demonstra que a aprendizagem da criança vítima da violência doméstica pode ser comprometida, pois, a criança internaliza o tratamento que recebe, acreditando ser a merecedora dos maus-tratos, o que se traduz nesse medo de fazer a atividade, de tentar; na crença de que não é capaz. Então, acaba por internalizar que não conseguirá aprender. (CASTRO *apud* SILVA, 2009)

A escola exerce um papel fundamental na identificação desses casos, pois os professores ao conviver em sala de aula, costumam desenvolver certo vínculo com o aluno ou pelo menos conhecer o seu comportamento, suas afinidades e dificuldades em sala de aula e como a mudança de comportamento faz parte do processo de violência doméstica, fica mais fácil a identificação do problema. E uma vez identificado, se torna mais fácil auxiliar esse aluno.

É necessário entender também, que quando uma mãe passa por uma situação de violência doméstica e que não passou pela ajuda de um profissional (seja por escolha própria ou por falta de condições financeiras), provavelmente ela não terá condições psicológicas de acompanhar a vida escolar do filho, por isso existe a necessidade da escola ser mais empática com a realidade dos alunos.

Diante da fragilidade e da dependência emocional infantil, a violência doméstica contra crianças, é um fenômeno que se sustenta na relação autoritária, no abuso de poder adulto que deveria ser referência positiva para a construção da identidade da criança. Esta dinâmica relacional adultocêntrica dificulta o desenvolvimento infantil e compromete a construção de vínculos afetivos fundamentais no processo de socialização. Todavia, não se pode compreender a violência doméstica analisando apenas a dinâmica dos relacionamentos. Faz-se necessário considerar a sociedade e a cultura onde ela ocorre, pois quando alguém mergulha no íntimo de seu ser não encontra uma personalidade autônoma, desvinculada de determinações sociais. Daí porque a compreensão da violência doméstica contra as crianças brasileiras deve, necessariamente, fazer-se à luz de uma percepção histórico-crítica do Brasil em seus aspectos socioeconômicos, políticos e culturais. (SILVA, 2011, p. 63 e 64)

De acordo com Silva (2011) o próprio retrato das desigualdades no Brasil permite entender a violência doméstica contra as crianças, entre outras coisas, como uma espécie de manifestação da desigualdade social e da cidadania precária desse país que se mostra tão desigual. Sendo esse perfil produzido historicamente sobre as transformações

socioeconômicas e políticas, tendo suas raízes desde o período colonizador, escravista e na família patriarcal.

Silva (2011) ainda enfatiza, que a violência doméstica embora seja um fenômeno associado à pobreza, ocorre invariavelmente em todas as classes sociais. Entretanto, é nos segmentos mais pobres, o ambiente físico (casas construídas muito próximas, inexistência de muros e etc) facilita a exposição dos casos à vizinhança, enquanto nas classes sociais mais elevadas, onde as mansões são protegidas por muros altos, torna-se mais difícil que a vizinhança perceba esses casos.

A fim de identificar o fenômeno, deve-se conhecer o perfil do agressor. Este, geralmente, vê a criança como objeto, raramente comparece nas reuniões escolares, descreve a criança como preguiçosa, de má índole e causadora de problemas, culpa a criança pelos problemas do lar, defende a aplicação da disciplina severa, demonstra irritação e pouca paciência para o comportamento próprio das crianças, cobra da criança desempenho físico e/ou intelectual acima de sua capacidade, tem um histórico de violência em sua própria infância, faz uso de álcool e outras drogas e mente sobre a causa das lesões da criança quando é questionado a respeito. (SILVA *apud* SANTOS, 2004)

Como Cunha (2004) salienta, é necessário também conhecer o perfil da vítima, que geralmente pode ser observado que ela teme exageradamente os pais, tem problemas com a baixa autoestima, está sempre em estado de alerta e falta constantemente à escola. Mas friza que os sinais de alertas vão variar de acordo com o tipo de violência sofrida.

De forma geral, foi possível compreender como a violência doméstica possui relação direta com problemas de aprendizagem e que a escola é um veículo importante na identificação, notificação e denúncia dessa violência, entretanto, ainda são perceptíveis as poucas informações que os professores possuem em relação a este tema, o que pode acarretar na omissão e/ou até mesmo no agravamento da situação caso medidas erradas sejam tomadas. Pensando nisso, surgiu a necessidade de compreender se as escolas do Maciço de Baturité estão preparadas para lidar com a notificação de alunos vítimas da violência doméstica. A seguir esse assunto será tratado através de análises de duas entrevistas.

6 ENTREVISTA E ANÁLISE DAS FALAS DE DUAS GESTORAS DO MACIÇO DE BATURITÉ

Como percebido ao longo deste trabalho, a escola costuma ser um dos primeiros lugares em que se pode perceber quando uma criança é vítima de violência doméstica. E foi possível compreender também, os desafios que a escola enfrenta em relação à identificação, notificação e denúncia desses casos. Pensando nisso, foi decidido que havia a necessidade de conhecer mais como que as escolas enfrentam essa realidade, visando exemplificar tudo aquilo que já foi descrito nos capítulos anteriores, para isso, foram escolhidas duas escolas do maciço de Baturité, onde foram feitas entrevistas com duas coordenadoras.

A primeira escola escolhida foi a E.M.E.F Doutor Edmilson Barros de Oliveira, em Redenção, localizada na sede. E a segunda foi a escola E.E.I.E.F Maria Rodrigues Lopes, em Aracoiaba, localizada na localidade de Jenipapeiro, somando cerca de sete quilômetros de distância até a sede.

Como se deve prezar pelo sigilo da imagem das entrevistadas, não serão mencionados os nomes das mesmas e para haver uma melhor compreensão e distinção a cerca de suas falas, serão utilizadas as letras A e B para diferencia-las. A coordenadora da E.E.F Doutor Edmilson Barros de Oliveira (Redenção) será descrita como coordenadora A e a coordenadora da E.E.I.E.F Maria Rodrigues Lopes (Aracoiaba) será descrita como coordenadora B.

Apesar da violência doméstica possuir um caráter sigiloso, a escola por ser as vezes um dos poucos lugares de frequentados pela criança fora do ambiente familiar, se configura como um dos primeiros lugares de percepção desse violência, pensando nisso, as coordenadoras foram questionadas se a escola está preparada para lidar em com esse assunto, e como resposta elas disseram:

“Hoje em dia, eu acredito que ela esteja um pouco mais preparada, mas não o suficiente pra lidar como esse tipo de situação. Pelo fato...pelo fato mesmo de... de a quem recorrer. Nós temos o conselho tutelar que é ativo, mas nós sabemos que a questão da violência doméstica se for com os pais das crianças, ele já não tem autoridade sobre isso. Então, assim, a gente faz o que pode, mas dizer que a escola está preparada o suficiente pra esse tipo de coisa, ela não está, não tem assim; o socorro, não tem aquela coisa do socorro imediato, acho que ainda falta muito pra escola estar preparada pra isso.” (SIC- coordenadora A)

“Eu acredito que não, a escola não está preparada para poder lidar com a questão da violência doméstica, alguns tem assim uma certa noção, um reconhecimento e tudo, as vezes tem até atitude de chamar o conselho tutelar, porém, outra questão além disso, eles não tem.” (SIC- coordenadora B)

Na fala das duas coordenadoras é possível perceber que ambas concordam que a escola ainda não está preparada para lidar com a violência doméstica, citam ainda a questão do conselho tutelar, que de acordo com a coordenadora A, ele é um órgão ativo, mas afirma que ainda possui um poder muito limitado, principalmente nesses casos de violência. Outra questão importante a se observar em suas falas, é que a escola também se limita ao conselho tutelar, não indicando outros métodos para lidar de melhor forma com esse assunto, ou seja, nesse momento caberia também, o amparo de psicólogos, psicopedagogos e os projetos para lidar com essas vítimas.

Por vezes, a violência doméstica é tida como algo natural para as crianças, pois elas não possuem entendimento sobre o assunto e acabam por naturalizar algumas atitudes dos agressores. Refletindo sobre isso e como parte da entrevista, foi questionado se a escola em que as coordenadoras trabalham tem ou já teve algum projeto de conscientização sobre a violência doméstica. Como resposta, obteve-se:

“Tem, tem o peteca, que é o projeto de erradicação contra o trabalho infantil. E querendo ou não, ele abrange essa questão da violência doméstica, é um projeto que abraça todas as escolas do município e é falado sobre isso, por meio de palestras, depois tem a culminância, tem todo um trabalho feito na sala de aula com redações, com textos, enfim, aí depois é feito a culminância e também é trabalhado com os pais na reunião sobre esse projeto. Mas o que abrange mesmo e fala sobre isso é só esse projeto peteca, assim, aquele projeto voltado só pra conscientização não tem.” (SIC- coordenadora A)

“Não, a escola nunca fez durante esse ano algum projeto de conscientização sobre a violência doméstica, por mais que a escola lá tenha muitos casos assim disso, mas nunca foi feito nenhum movimento não.” (SIC- coordenadora B)

Na resposta da coordenadora A é citado como resposta o projeto peteca, que de acordo com Lima (2011) o projeto peteca é um programa de educação que visa conscientizar a sociedade para a erradicação do trabalho infantil. Consiste num projeto de ações voltadas para a promoção de debates nas escolas de ensino fundamental e médio, dos temas relativos aos direitos das crianças e do adolescente, especialmente o trabalho infantil e a profissionalização do adolescente. Adotando a ideia a estratégia de multiplicação dos saberes, o peteca realiza

oficinas de capacitação e sensibilização de profissionais da educação, que atuam como coordenadores municipais do programa e são responsáveis pela formação de coordenadores pedagógicos. Estes, por sua vez, debatem com os professores os temas estudados nas oficinas, elaborando plano de ação para abordagem em sala de aula e promoção de eventos que permitam ampliar o debate para toda a comunidade escolar. Ou seja, através dessas palavras é possível perceber que o foco do projeto é o combate ao trabalho infantil, e caso seja abordado questões acerca da violência doméstica, é de forma reduzida e como extensão das práticas de trabalho infantil.

Como bem esclarece a coordenadora B, não há na escola um projeto de conscientização sobre o assunto, nem para os alunos, nem para a gestão escolar e professores, mesmo que na escola tenha casos detectados da violência, não houve até o presente momento, nenhum movimento que discuta especificamente o assunto.

Seguindo a entrevista e conversando com as coordenadoras a respeito da aprendizagem, foi questionado se na visão delas, uma criança que vive em um ambiente violento, onde ela seja vítima direta ou indireta dessa violência intrafamiliar, pode desenvolver problemas de aprendizagem.

“Com certeza, é perceptível o rendimento de uma criança quando ela vive em um ambiente tranquilo, com uma base familiar... bem sólida e/ou quando tem aquela criança que vive em constante... que os pais vivem em constante conflito em casa, elas relatam na escola, meu pai bateu na minha mãe, ou meu pai é grosseiro, meu pai chamou minha mãe disso. As vezes não é nem a violência física, mas o violência verbal que eles presenciam muito. A questão dos nomes, eles relatam muito e é isso infelizmente, mas é a realidade, os alunos que tem o rendimento mais baixo são os alunos que tem essa convivência frágil com a família” (SIC- coordenadora A)

“Com certeza e isso a gente tem bem nítido durante o ano, você percebe que as crianças que não tem assim, um aparato, não tem uma família que dê um suporte adequado, são as que mais... tem um pior desenvolvimento na escola” (SIC- coordenadora B)

Como visto em suas respostas, as duas concordam que as crianças quando são vítimas dessas situações, podem ter seu rendimento escolar reduzido. A coordenadora A acrescenta que os alunos costumam relatar em sala de aula as situações vividas em casa, principalmente a questão de xingamentos. Após finalizar a entrevista, em uma conversa informal, ela relatou uma situação recente na escola, onde um aluno falava mal de uma professora com um xingamento específico e quando ela foi intervir na situação, o aluno relatou que aquela palavra era utilizada pelo pai ao se referir à mãe e ele não sabia o real significado da palavra e

apenas a reproduzia. Ou seja, por vezes as crianças costumam reproduzir palavras e atitudes dos abusadores, por acreditarem que aquilo é normal. Por isso há a necessidade de conversar sobre o assunto, para informar os alunos sobre essas questões e com o esclarecimento, tentar evitar essa atitude de perpetuação da violência.

Foi questionado ainda, se durante o período que as coordenadoras trabalham nas referidas escolas, já foi detectada alguma vítima de violência doméstica e caso houvesse, se era possível relatar como descobriram. Em resposta elas falaram que:

“Foi, no ano passado depois de muita observação no rendimento, no comportamento, foi detectado duas crianças que sofriam essa questão do abuso. E como era as crianças, aí o nosso apoio maior foi o conselho tutelar. Foi descoberto através mesmo de conversa, a gente conversou porque elas não queriam falar com psicólogo, nem com ninguém e depois de elas muito chegarem a mim e a diretora, foi que de muito conversar elas foram se abrindo, conversando. Aí foi encaminhado pro conselho tutelar e foi feito todos os procedimentos que são cabíveis, como a questão de tutela, enfim.” (SIC- coordenadora A)

“A escola mesmo reconhece, identifica, mas assim, em questão de fazer denúncia, ainda não foi feita nenhuma, mas, exemplos de violência, a gente tem duas crianças, uma delas a mãe é viciada, é drogada, então a criança é totalmente desassistida, desamparada. Tem dias que tá na casa de um primo, tem dias que tá na casa de uma avó e fica sendo jogado de casa em casa. Teve uma criança que foi tão negligenciada que ela teve... ela passou mais de um mês internada em Fortaleza, por que ela teve tanto do piolho, que a questão da sujeira, que ela acabou tendo infecção na cabeça e precisou ficar internada pra poder se tratar”. (SIC- coordenadora B)

Através das respostas das coordenadoras, é possível ver que cada escola traz como foco de percepção, uma violência. A coordenadora A, apresenta que na escola onde atua foi descoberto um caso de abuso sexual, com duas alunas que são irmãs. E foi necessário um trabalho de observação do comportamento delas, das notas e da socialização com os demais colegas de sala e principalmente, foi criado um laço de confiança, até elas se sentirem seguras e relatarem a situação que estavam vivendo em casa.

Em uma conversa informal com uma estagiária da escola, ela possui conhecimento sobre esse caso e relatou que quando teve contato com essas meninas, elas se mostravam bastante fragilizadas, choravam muito e não queriam ficar sozinhas em um ambiente que tivesse um homem, pois apresentavam sinais de medo e começavam chorar desesperadas.

Os casos relatados pela coordenadora B abordam questões de negligência, onde um aluno que é filho de uma mulher viciada em drogas é totalmente desamparado pela mesma e fica na casa de parentes, não tendo um lugar fixo, pois a cada dia está na casa de um parente

diferente. No outro caso é possível perceber a total falta de assistência para com a criança que precisou ficar internada para tratar de uma infecção que poderia ser evitada caso houvesse pelo menos o mínimo de zelo pela saúde e principalmente, pela higiene da criança.

Como já mencionado, cada escola aborda um tipo de violência que foi percebida na escola, porém, isso não impede que casos diferentes e com outros tipos de violência ocorram na escola, talvez ainda não foi percebido. E finalizando a entrevista, foi perguntado se foi percebido alguma mudança de comportamento dessas crianças.

“Depois do acompanhamento, houve sim aquela coisa. As crianças não iam pra fila merendar, as crianças não saiam da sala, elas são irmãs e elas não saiam da sala, elas choravam por tudo, era aquela coisa muito fragilizada, muito sensível. Depois disso, delas terem esse amparo, elas lancham normalmente, elas brincam com as outras crianças... depois de uns quinze dias elas chegaram assim em mim e na diretora, hoje elas chegam e abraçam. Então a gente consegue ver que hoje, houve sim um benefício muito grande para as crianças, depois que elas perceberam que são amparadas

“Esse primeiro caso que eu falei, do menino que a mãe é viciada e tudo, antes da mãe dele entrar nesse mundo das drogas, ele era até um bom aluno, porém depois que a mãe dele se... se perdeu no mundo e ele ficou desassistido, a tendência dele foi só piorar, ele estacionou no aprendizado e agora é um aluno altamente rebelde, respondão, não gosta de brincar e nem de participar das aulas, é super agressivo.” (SIC- coordenadora B)

Como resposta a coordenadora A salienta que as meninas tiveram uma melhoria nas questões de socialização e da afetividade, que foram abaladas com os traumas sofridos, mas isso só foi possível quando as crianças passaram pelo acompanhamento necessário, foram afastadas do abusador e quando perceberam que elas podiam confiar no espaço escolar, que estavam sendo amparadas por aquelas que fazem parte da gestão.

Na fala da coordenadora B é exemplificada a importância da estrutura familiar, pois quando a mãe do garoto era presente, cuidava e atendia as suas necessidades básicas, ele era considerado um bom aluno. Mas a partir do momento em que a mesma entrou no mundo das drogas e se tornou uma viciada, não conseguindo mais acompanhar a vida do filho e o deixando aos cuidados dos parentes, o menino teve seu rendimento escolar abalado, havendo problemas de aprendizagem a até mesmo problemas comportamentais de agressividade, não querendo brincar e nem participar das aulas.

Com isso, percebe-se o quanto o apoio familiar é indispensável na vida de uma criança, para que quando ela passe por situações difíceis, vejam na família o amparo necessário, mas quando esse direito se é negado, os prejuízos são visíveis. Pensando nisso, a

seguir serão feitas algumas percepções gerais sobre o que foi observado com a realização das entrevistas.

6.1 Considerações gerais sobre as entrevistas

Através dessas duas entrevistas, foi possível confirmar que as escolas não estão preparadas para lidar com a violência doméstica. Na própria fala das coordenadoras é verificado isso, sendo também a primeira pergunta da entrevista, onde as mesmas relatam que a escola não está preparada para lidar com essa situação e é citado o conselho tutelar como amparo, mas fora isso, nada mais é verificado como forma de auxílio para as crianças vítimas.

A família é citada como a base central da vida das crianças, mas se nessa família apresenta problemas em sua estrutura, certamente acarretará em danos para todos, principalmente para as crianças. Causando problemas de aprendizagem, problemas emocionais e de socialização. Um ponto importante e que carece nas escolas, seria o apoio psicológico juntamente com o psicopedagógico, que serviriam como suporte para ajudar a detectar e auxiliar as crianças vítimas da violência doméstica.

Outra pergunta importante que deve ser ressaltada, é se a escola possui algum projeto sobre a conscientização desse problema e como visto, não, nenhuma das escolas possuem um projeto sobre o tema. É então citado o projeto peteca, mas como visto, seu foco é a erradicação do trabalho infantil e só aborda a violência doméstica de forma superficial e dentro do eixo do seu tema. E mesmo a escola estando ciente que em seu espaço existem crianças que sofrem com a violência, nada é feito.

Surge então um questionamento, que seria sobre o porquê da escola saber que possui alunos que são vítimas de violência doméstica e mesmo sabendo disso não fazem nada, a resposta ao mesmo tempo em que é simples, também é alarmante. Os profissionais que compõem o corpo escolar não possuem em sua formação, temas como a violência doméstica, muitas vezes tendo contato com ela somente quando chegam na escola e por não possuírem informações acerca desse tema, não sabem como proceder ao ter contato com essa realidade.

Por isso existe a necessidade de tratar esse tema durante os cursos de graduação, para que durante a prática do exercício profissional, ao se deparar com essas situações, seja possível auxiliar a criança da melhor forma possível, pois caso não haja um planejamento e

investigação correta, em uma tentativa de ajudar, talvez atrapalhe. E por ser uma situação delicada, a criança pode acabar sendo ainda mais exposta a situações de violência.

Para os profissionais que atuam na área da educação, periodicamente são feitas capacitações que servem de auxílio para o exercício do seu trabalho. E nessas capacitações podem ser discutidos diversos temas, entre eles, a violência doméstica, onde por vezes é o pode ser o primeiro contato com o assunto, sendo que as capacitações deveriam ser uma extensão daquilo que já foi visto. E partindo da ideia de que se deve estudar sobre esse assunto durante a graduação, as capacitações poderiam abranger questões sobre a criação e desenvolvimento de projetos, que é algo necessário, como confirmado com a fala das entrevistadas.

A implementação de projetos que tratem sobre a violência doméstica, devem alcançar os alunos, pais e a comunidade em que a escola está inserida. Os alunos precisam saber como se configura e quais são os tipos de violência, para que possam identificar como elas se estruturam e a escola deve fornecer um canal de comunicação com essas crianças, para que elas se sintam seguras em relatar sobre seus possíveis lares abusadores. É importante também a família estar ciente sobre esse tema, pois como a família deve fornecer uma base estruturada para a criança, caso haja uma mãe que é vítima dessas violências, a criança se configura como vítima indireta, caso veja essa violência acontecer e existe uma grande probabilidade como já mencionado, dessa situação afetar o desempenho escolar da criança, por isso, essa mãe deve ser direcionada na tentativa de solução desse problema, tendo em vista que os projetos que levem a informação necessária, situações piores sejam evitadas. E com isso, entra também a comunidade que pode desempenhar um papel fundamental nesses casos, através de denúncias, pois é um papel de todos, prezar pela segurança das crianças, mas para isso, é importante ter as informações corretas, para saber como agir de forma correta diante desses casos.

Não se deve colocar toda a responsabilidade de combate à violência doméstica na escola, afinal, esse não é sua única responsabilidade, entretanto, é necessário compreender que a escola desempenha um papel fundamental na tentativa de identificação e denúncia desse problema. Então, tendo em vista o papel educador que a escola possui, investir em projetos de conscientização, rodas de conversas, palestras e oficinas são um ponto pé inicial para a preservação da integridade das crianças vítimas dessas violências.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra criança pode ser caracterizada por quatro tipos diferentes, que são a psicológica, sexual, física e a negligência. Podendo ocorrer de forma direta ou indireta, mas para além desses quatro exemplos, existem também a violência moral e a patrimonial, entretanto, nessas as crianças podem presenciar e serem submetidas de forma passiva e indireta.

Como forma de denúncia, podem ser citados o concelho tutelar e a delegacia da mulher, como já citado neste trabalho. E é importante compreender os motivos aos quais levam uma pessoa a permanecer nessas situações de violências, que podem envolver questões de ameaças, dificuldades de romper laços afetivos e até mesmo a vulnerabilidade econômica, nesse caso, vale ressaltar que mesmo essas situações ocorrendo em sua maioria com pessoas que apresentam uma maior dificuldade financeira, não é regra e pode acontecer em todas as esferas sociais.

Tendo em vista essas questões, ficou nítido neste trabalho que a escola costuma ser um dos primeiros lugares onde a violência doméstica pode ser percebida, e que os próprios alunos podem passar a emitir sinais de que são vítimas, mas infelizmente, não são todos os profissionais que possuem um olhar humano para essas situações, ou até mesmo, não possuem informações acerca desse assunto, algo que deveria ser visto durante a época da graduação, porém, a realidade é bem diferente. Onde por vezes, esse tema só é visto nas capacitações ou até mesmo, esbarrando em um aluno vítima dessa violência. E isso se mostra danoso, pois não há informações suficientes para lidar com o problema e essa falta de informação pode colaborar para a omissão desses casos e até mesmo para atitudes impulsivas que podem agravar a situação.

Os casos onde as crianças são vítimas diretas ou indiretas da violência doméstica costumam ter problemas na socialização, nas questões emocionais, psicológicas e de aprendizagem. Pois como bem visto durante a pesquisa e na fala das entrevistas, os alunos com maiores dificuldades são justamente aqueles que são provenientes de lares abusadores e desestruturados. E quando não se tem um auxílio, um amparo, essas crianças desenvolvem atitudes agressivas, reproduzindo os comportamentos vistos em casa, ou se isolam, pois não se sentem seguros em nenhum ambiente, tendo dificuldades em desassociar as imagens vistas ou vivências ao novo ambiente.

Ou seja, as escolas precisam estar preparadas para lidar com essas situações, capacitando seus profissionais e oferecendo o auxílio necessário para as vítimas. Criar projetos que tenham como objetivo levar informações para buscar uma conscientização, seria um primeiro passo. Seguindo de palestras, rodas de conversas e oficinas que tratem sobre o tema e não somente com os alunos, mas abrindo também para a família e a comunidade. Pensando nisso, buscar uma relação mais próxima com os alunos também é fundamental para estabelecer um laço de confiança e perceber as diversas situações as quais as crianças estão expostas e perceber as mudanças de comportamento que os alunos podem apresentar.

Deve-se ainda repensar os currículos dos cursos de formação de professores que não abrangem a violência doméstica como algo que poderá ser encontrado futuramente no ambiente de trabalho, comprometendo a eficácia na resolução desses problemas. Bem como se deve buscar ajuda de psicólogos como apoio psicológico para as crianças vítimas e até mesmo procurar no conselho tutelar o auxílio de como proceder corretamente nesses casos. Aliando todos esses profissionais e contando com a criação de projetos de conscientização, será possível ter um melhor enfrentamento frente à violência doméstica.

REFERÊNCIAS

- ACS. **Violência Moral**, 2017. Disponível em <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil/edicao-semanal/violencia-moral>. Acesso em: 01 de Outubro de 2018.
- ALBUQUERQUE, Maria Eulalia Tomasi. **O Testemunho da violência perturbada: Estupro em crianças e adolescentes**. Tese (Doutorado em Linguística) UNICAMP/Campinas, São Paulo, 2007.
- ALBUQUERQUE, Josane. H. L. **Estatuto da Criança e do Adolescente – 28 anos depois, violência intrafamiliar continua fazendo vítimas**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65874/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-28-anos-depois-violencia-intrafamiliar-continua-fazendo-vitimas>. Acesso em: 13 de Outubro de 2019.
- ANTUNES, Márcia. **Dificuldades de aprendizagem: implicações da família e da escola**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2010.
- CASTRO, Paula Drummond de, BERGAMINE, Cristiane, RIGOLETTO, Ralmer. **Violência psicológica tem difícil diagnóstico e causa danos graves. Com ciência**, 2017. Disponível em <<http://www.comciencia.br/violencia-psicologica-causa-danos-graves-ainda-pouco-estudados/>>. Acesso em: 02 de Outubro de 2018.
- CORTEZ, Mirian Béccheri. **Maridos dominadores, esposas (in)subordinadas: as implicações do empoderamento feminino e da masculinidade hegemônica na violência conjugal**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- COSTA, Andreia. TEIXEIRA, Carla. **O comportamento dos alunos e sua possível relação com a violência doméstica na percepção dos educadores**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2015.
- DEFINIÇÃO de violência contra a mulher. **Coordenadoria da mulher**, 2015. Disponível em <http://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 01 de Outubro de 2018.
- DESLANTES, Suely F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de saúde pública**. Rio de Janeiro. V. 10, n 1, p.177-187, 1994.
- DUARTE, António. **Violência doméstica e insucesso escolar**. Escola portuguesa, 2018; Disponível em: <https://escolapt.wordpress.com/2018/01/08/violencia-domestica-e-insucesso-escolar/>. Acesso em: 28 de Novembro de 2019.

FIGUEIREDO, Mônica Cavalcanti Trindade de. **Percepções de educadores sobre seu papel frente à violência doméstica contra a criança.** Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) UFPE, Recife, 2011.

FRIZZO, Kátia Regina and SARRIERA, Jorge Castellá. **O Conselho Tutelar e a rede social na infância.** USP. São Paulo, 2005.

GONÇALVES, Elisabete Alerico. **O impacto da violência familiar no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes.** Dissertação (Mestrado em Teologia Escolar). Instituto Ecumênico de Pós-graduação em Teologia São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2009.

LIMA, Antônio de Oliveira. **Peteca- Programa de educação contra exploração do trabalho da criança e do adolescente.** Premio INNOVARE- VIII, 2011.

LYRA, GFD., CONSTANTINO, P., e FERREIRA, AL. Quando a violência familiar chega até a escola. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., orgs. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 147-175.

MILANI, Rute Grossi. LOUREIRO, Sonia Regina. **Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar.** 2008.

OLIVEIRA, Flávia et al. **A influência da violência doméstica no desenvolvimento escola.** Edurece- Congresso Nacional da Educação, 2015.

ROSAS, K. F.; CIONEK, D. G. M. I. **O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem.** Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2006.

ROSENBURG, Eleusa Gallo. **Representações sociais da violência doméstica contra crianças e adolescentes em educadores: denúncia, notificação ou omissão?** Tese (Doutorado em Psicologia) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SAÚDE, Ministério da. **Violência intrafamiliar orientações para a prática em serviço.** Cadernos de atenção básica n° 8. Brasília, 2002.

SÁ, Salette Marinho de. **Concelho tutelar: Enfrentamento à violência física domestica.** Dissertação (Mestrado em Serviço social). UNESP/ Franca, São Paulo, 2001.

SILVA, Luisa. M. C. **Concepções e práticas dos profissionais que atuam na educação infantil diante da violência doméstica contra crianças de zero a cinco anos.** Dissertação (Mestrado em Serviço social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. CLAVES, ENSP /IFF / FIOCRUZ. **Famílias: Parceiras ou usuárias eventuais? Análise de serviços de atenção a família com dinâmica de violência doméstica contra criança e adolescente.** Brasília, 2004. p. 22

VASCONCELOS, K. L. et al. **Características da violência sexual sofrida por crianças assistidas por um programa de apoio.** Rev. Rene. Fortaleza, v.11. 2010. **Rev. Rene. Fortaleza, v.**

VEIGA, Daphne. SILVA, Márcia e SILVA, Andrezza. A influencia da violência doméstica no processo de aprendizagem do aluno: estudo de caso – projeto aquarela. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. (s/d)

VOLLET, Mayra Rocha. **O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar.** Tese (Doutorado em Educação Escolar). Unesp/Araraquara, São Paulo, 2012.

APÊNDICES

	Entrevista para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)
	Licenciatura Plena em Pedagogia
	Discente: Tayane Lima dos Santos
	Orientadora: Profa. Dra. Fátima Bertini
	Pesquisa realizada com as coordenadoras das escola:
	- E.M.E.F Doutor Edmilson Barros de Oliveira
	-E.E.I.E.F Maria Rodrigues Lopes

Perguntas

- 1- Você acredita que a escola está preparada para lidar com a violência doméstica?
- 2- A escola tem ou já teve algum projeto de conscientização sobre a violência doméstica?
- 3- Você acha que uma criança que vive em um ambiente violento, onde ela seja vítima direta ou indireta dessa violência intrafamiliar, pode desenvolver problemas de aprendizagem?
- 4- Durante o período que você trabalha na escola, já foi detectada alguma vítima de violência doméstica? Se sim, como descobriram?
- 5- Houve alguma mudança de comportamento ou algum problema de aprendizagem dessa criança?